



FAMGOV - Fundação do Meio Ambiente de Governador Celso Ramos

Avenida Augusto Prolik, S/n, Palmas - Governador Celso Ramos/sc - CEP 88190000

Contato: famgov.sc@gmail.com - (48) 3039-7511

Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA 11067/2025



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/111092/55526>

Empreendedor

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL GOVERNADOR CELSO RAMOS

CPF/CNPJ: 82892373000189

Endereço: Praça 06 de Novembro, nº 1 - Paço Municipal, Ganchos do Meio

CEP: 88190000

Município: GOVERNADOR CELSO RAMOS

Estado: SC

Empreendimento

Revitalização rua municipal - Rua Valmira Mafra - 82892373000189

Endereço: Rua Valmira Mafra, nº 0, GOVERNADOR CELSO RAMOS

CEP: 88190000

Município: GOVERNADOR CELSO RAMOS

Estado: SC

Coordenadas UTM: X 741798.46, Y 6970915.02

Descrição do Empreendimento

Responsabilidades Técnicas

Levantamento Planialtimétrico | Projeto

LCAD Serviços de Engenharia LTDA, CREA/SC 179891, ART nº 12444431.

Unidade de Conservação

Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim - Zona Terrestre de Proteção da Pesca Artesanal (ZPPA)

Informação Técnica nº 174/2025-NGI ICMBio Florianópolis

"9.Segundo o Plano de Manejo, entre as normas gerais para a Zona Terrestre de Proteção da Pesca Artesanal - ZPPA, temos:

"c. **As atividades caracterizadas como de utilidade pública** ou de interesse social poderão ser autorizadas nesta zona, bem como pesquisas científicas, ecoturismo e educação ambiental." (Grifo nosso)

10. Já no item 2.2.7 Autorizações do Plano de Manejo, temos:

"É necessária a autorização da APA para:

(...)

Obras e estruturas de utilidade pública, de interesse social, de pesquisa científica, de ecoturismo e educação ambiental no interior da ZPMA, na ZPPA e em áreas marinhas e demais áreas da União." (Grifo nosso)

11. De fato, a Alínea "b" do Inciso VII do Artigo 3º da Lei Federal nº 12.651/2012, considera como Utilidade Pública, entre outras atividades:

"(...)

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;" (Grifo nosso)

12. Também a Resolução Conama nº 369/2006 que dispõe sobre os casos excepcionais que possibilitam a intervenção em Área de Preservação Permanente, considera de utilidade pública as obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia.

13. Desta forma, pelo exposto, entendemos não haver óbice do ICMBio à continuidade do licenciamento em tela na FAMGOV."

Descrição do Empreendimento

Implantação de pavimentação, sinalização e drenagem na Rua Valmira Mafra, Bairro Fazenda da Armação, Governador Celso Ramos/SC.

Descrição e caracterização da área

Rua de, aproximadamente, 110 metros de comprimento. Contendo residências unifamiliares e alguns terrenos sem presença de edificações.

Aspectos Florestais

Na ocorrência de vegetação arbórea nativa, a sua supressão deve ser autorizada pelo órgão ambiental.

Análise técnica

O curso d'água, conforme dados do Sistema de Informações Geográficas (SIG) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) de Santa Catarina, está a, aproximadamente, 32 metros do local. A Rua não se encontra em APP, Terreno de Marinha ou Áreas de Risco oficialmente demarcadas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) nos anos de 2013 e 2018.

Esclarecemos que, na Declaração de Atividade Não Constante, não é observada a regularidade da instituição da rua, caminho, servidão ou estrada municipal, visto que não temos acesso ao sistema de conferência da Prefeitura para realizar a consulta. Sendo assim, entende-se que essa análise deve ser realizada de forma prévia.

Conclusão

A atividade de pavimentação e infraestrutura (sinalização e drenagem) de rua não é considerada como atividade licenciável conforme Resolução CONSEMA nº 250/2024 e 251/2024, uma vez que a atividade mais próxima (33.12.00 - Implantação, duplicação ou pavimentação de rodovias, exceto vicinais ou sobre vias urbanas consolidadas) se refere a rodovias. Portanto, a atividade se enquadra para emissão da DANC.

Equipe Responsável pelo Parecer

JOÃO ANTONIO MONTEIRO FLORENÇO

Declaração

Conforme resolução CONSEMA nº 250/2024, art 2º, XXV - Declaração de Atividade Não Constante é o documento que declara que a atividade não integra a Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental e, portanto, não passível de licenciamento ambiental. Esta Declaração de Atividade Não Constante (DANC), NÃO se configura como documento autorizativo para instalação, operação ou ampliação da atividade ou empreendimento.

Esta declaração está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no ato do requerimento e no Parecer Técnico de número 44189/2025 .

O órgão ambiental poderá, a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

Prazo de Validade

A presente declaração foi **emitida em 24 de novembro de 2025** e é **válida até 24 de novembro de 2026**, observadas as condições deste documento.

Advertência

Os dados e informações apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico que o representa. Lembramos que a apresentação de informações ou documentos falsos é crime, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas na LEI 9.605/98, Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

Data, local e assinantes

GOVERNADOR CELSO RAMOS, 24 de novembro de 2025

GUSTAVO FERNANDES DOS SANTOS

DIRETOR DE LICENCIAMENTO